

## CONVIVÊNCIA INTER-RELIGIOSA: INTOLERÂNCIA, ATENTADO, RACISMO RELIGIOSO E RESISTÊNCIA NAS VOZES DOS PARTICIPANTES DA XVII CAMINHADA PELA LIBERDADE RELIGIOSA NO RIO DE JANEIRO

INTERFAITH COEXISTENCE: INTOLERANCE, ATTACKS, RELIGIOUS RACISM, AND RESISTANCE IN THE VOICES OF PARTICIPANTS OF THE XVII WALK FOR RELIGIOUS FREEDOM IN RIO DE JANEIRO

**Paulo Henrique Prado da Silva**

 <https://orcid.org/0009-0006-7811-7876>

**Correspondência:** [lpradopaulo@gmail.com](mailto:lpradopaulo@gmail.com)

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

**Natália Rodrigues Codeço Ribeiro**

 <https://orcid.org/0009-0009-0670-4192>

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

**DOI:** 10.12957/cdf.2025.89067

**Recebido em:** 09 jan. 2025 | **Aceito em:** 10 jan. 2025

### RESUMO

Este trabalho analisa como as experiências de violência religiosa variam segundo o credo, a racialização e as práticas religiosas dos participantes da XVII Caminhada pela Liberdade Religiosa, realizada no Rio de Janeiro. Com base em entrevistas semiestruturadas e levantamento bibliográfico, identificou-se que práticas religiosas de matriz africana e indígena enfrentam os níveis mais intensos de violência, incluindo ataques físicos e destruição de espaços sagrados. Já religiões hegemônicas, como o catolicismo, experimentam discriminações simbólicas, mas não estão isentas de tensões interdenominacionais. A Caminhada mostrou-se um espaço simbólico de resistência e promoção do diálogo inter-religioso em um cenário de fundamentalismo crescente. O trabalho destaca a importância de incluir a história do Rio de Janeiro e suas raízes culturais no ensino escolar, promovendo compreensão e respeito. Propõe-se, também, a realização de eventos inter-religiosos com ampla divulgação e infraestrutura inclusiva para fortalecer redes de solidariedade. Essas ações são fundamentais para mitigar desigualdades religiosas e construir uma convivência mais pacífica e plural.

**Palavras-chave:** violência religiosa, liberdade religiosa, diálogo inter-religioso, racismo religioso, religiões de matriz africana.

### ABSTRACT

This work examines how religious violence experiences vary according to creed, racialization, and practices of participants in the XVII Walk for Religious Freedom, held in Rio de Janeiro. Based on semi-structured interviews and literature review, the



findings reveal that African and Indigenous-rooted religions face the highest levels of violence, including physical attacks and destruction of sacred spaces. Hegemonic religions, such as Catholicism, experience symbolic discrimination but are not exempt from interdenominational tensions. The Walk emerged as a symbolic space for resistance and interfaith dialogue amidst growing fundamentalism. The work highlights the importance of integrating Rio de Janeiro's cultural history into school curricula to foster understanding and respect. It also proposes hosting interfaith events with inclusive outreach and infrastructure to strengthen solidarity networks. These actions are crucial for mitigating religious inequalities and fostering a more peaceful and plural coexistence.

**Keywords:** religious violence, religious freedom, interfaith dialogue, religious racism, African-rooted religions.

## 1 INTRODUÇÃO

A diversidade religiosa no território que mais tarde seria chamado Brasil sempre foi uma característica marcante de sua história, com várias etnias indígenas praticando espiritualidades distintas. Após a colonização, esse cenário se transformou, à medida que novas religiosidades chegaram ao território, trazidas pela invasão e escravização promovidas por Portugal. Assim, diferentes religiosidades se encontram e se entrelaçam, sendo que, em diversos casos, com o objetivo de se blindar das perseguições e violências praticadas pela Igreja Católica, como no caso das religiões afro-diaspóricas e indígenas no qual utilizaram o sincretismo religioso como uma forma de proteger suas crenças (Iberê, 2015).

Quando olhamos para a história brasileira, notamos que sempre houve relações inter-religiosas, sejam elas pacíficas, de mistura, disputa ou opressão. A colonização, entendida como uma estrutura de exploração e dominação, fomentou esses modos de se relacionar com religiosidades que divergiam da católica. É por meio dela que se configuram as religiões que poderiam ser perseguidas, aniquiladas e silenciadas.

Ao observar o cenário atual, nota-se a continuação de algumas ideologias formuladas e propagadas durante esse período, assim como, a renovação e reformulação dos modos de violência religiosa (Silva, 2024). Cita-se, por exemplo, a mudança no protagonismo de quem comete as violências religiosas, sendo os neopentecostais os novos principais sujeitos ativos dessas condutas. Tendo em vista que com a ascensão do fundamentalismo no Brasil, principalmente nas comunidades periféricas, há empecilhos no diálogo inter-religioso, gerando conflitos ao promover um discurso de exclusividade

religiosa. Assim, utilizam de discursos que demonizam outras religiões para discriminá-las (Vital da Cunha, 2008).

Nesse sentido, em 2008 foi criada a Comissão de Combate à Intolerância Religiosa (CCIR), que desdobrou no surgimento da I Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa, com fulcro em promover a nacionalização do diálogo inter-religioso. Essa estratégia política ocorreu em virtude da culminância da intolerância religiosa na cidade do Rio de Janeiro, especificamente no Morro do Dendê, onde aconteceu uma série de expulsões de CTTs promovidas pelo narcotráfico em entrelaçamento com a doutrina fundamentalista neopentecostal (Santos, 2020; Vital da Cunha, 2008).

Considerando esse contexto, no ano de 2024 aconteceu a décima sétima edição da Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa e reuniu milhares de pessoas de diversas crenças e tradições em Copacabana no Rio de Janeiro. Em vista disso, realizamos esse trabalho norteados pela seguinte questão: como as experiências de violência religiosa variam de acordo com o credo, a racialização e as práticas religiosas dos participantes da XVII Caminhada Religiosa?

Para tanto, adotamos uma metodologia qualitativa, focada na análise das percepções e práticas dos indivíduos, permitindo uma compreensão aprofundada das relações sociais. O estudo utilizou levantamento bibliográfico e entrevistas semiestruturadas com oito participantes de diferentes tradições religiosas durante a XVII Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa, realizada em Copacabana, Rio de Janeiro. Parte das entrevistas foi conduzida no trajeto para o evento, viabilizado por uma parceria entre o Fórum Municipal de Religiões Afro-Brasileiras (FRAB), de Campos dos Goytacazes-RJ, e a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), que disponibilizou o transporte. A análise dos dados revelou aspectos centrais sobre as vivências e as motivações dos participantes, conectando suas experiências ao contexto mais amplo de violência religiosa e resistência.

## **2 A VIOLÊNCIA RELIGIOSA NO BRASIL**

As violências contra a liberdade religiosa permanecem uma realidade persistente no Brasil, profundamente enraizada em processos históricos de discriminação e reforçada por dinâmicas sociais, raciais e religiosas contemporâneas. Dados da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, atualizados até 16 de dezembro de 2024, evidenciam a gravidade

desse problema, com o registro de 1.563 protocolos de denúncias, resultando em 2.357 denúncias e a identificação de 3.696 violações relacionadas à liberdade de religião ou crença (BRASIL, 2024).

De acordo com a mesma pesquisa, o estado do Rio de Janeiro destaca-se como um dos epicentros dessa problemática, ocupando o segundo lugar na média nacional. Até a mesma data, o estado contabilizou 296 protocolos de denúncia, que geraram 461 denúncias e identificaram 733 violações (BRASIL, 2024).

Sob essa mesma perspectiva, os dados de 2023, disponibilizados pelo governo do Estado do Rio de Janeiro por meio do Instituto de Segurança Pública (ISP), revelam que a cidade do Rio de Janeiro registrou 558 casos de preconceito relacionados à raça, cor, etnia, religião ou orientação sexual, enquanto o estado como um todo contabilizou 890 ocorrências (ISP, 2023).

Dados disponibilizados pelo Jornal de Brasília (2024) indicam que, dentre as denúncias de intolerância religiosa registradas, as maiores vítimas são praticantes de religiões de matriz africana: houve 75 casos contra umbandistas e 58 contra candomblecistas no ano de 2024. Esses números revelam um padrão sistemático de perseguição direcionada a religiões afro-brasileiras, demonstrando que as CTTs são desproporcionalmente afetadas pela violência religiosa.

Além da violência física e das destruições de terreiros, a perseguição também se manifesta por meio de ameaças, invasões e discriminações psicológicas e institucionais. O envolvimento de grupos armados com ideologias neopentecostais intensifica a gravidade desses ataques, levando a práticas sistemáticas de expulsão e destruição de espaços sagrados, especialmente no estado do Rio de Janeiro (Miranda et al., 2022).

O caráter racial dessas violências também é evidente. Em 2023, dos 173 mil processos de racismo em tramitação no Brasil, 33% estavam relacionados à discriminação religiosa, com destaque para os ataques às tradições afro-brasileiras e indígenas (JusRacial, 2024). Esse dado reforça a necessidade de considerar a interseção entre racismo e intolerância religiosa para compreender as múltiplas dimensões dessas agressões.

Esses números, longe de serem meras estatísticas, representam a continuidade de um sistema de opressão que se iniciou na colonização e se atualiza constantemente. A violência religiosa não se resume a incidentes isolados, mas reflete um projeto histórico e político de marginalização de determinados credos.

### 3 RELAÇÕES INTER-RELIGIOSAS NO BRASIL

As relações inter-religiosas no Brasil são marcadas por um complexo jogo de aproximações, disputas e tensões que refletem não apenas a diversidade cultural e religiosa do país, mas também as heranças coloniais que moldaram suas dinâmicas sociais. Historicamente, o território brasileiro foi palco da imposição do cristianismo europeu, que, desde a invasão portuguesa em 1500, buscou silenciar e marginalizar as cosmovisões e práticas religiosas indígenas e africanas. Esse processo não apenas apagou saberes ancestrais, mas instaurou uma hierarquia religiosa que persiste até os dias de hoje, reforçando desigualdades e alimentando um cenário de violência religiosa (Quijano, 2013; Nogueira, 2020).

No Brasil contemporâneo, essa hierarquia se manifesta de maneira mais evidente no embate entre as religiões de matriz africana e indígena – como a Umbanda e o Candomblé – e as igrejas cristãs, especialmente as neopentecostais. Embora a Constituição de 1988 tenha consagrado a laicidade do Estado e garantido a liberdade religiosa, a realidade ainda apresenta conflitos, discriminações e violências simbólicas e físicas. Religiões afro-brasileiras e indígenas, ao longo dos séculos, foram criminalizadas, demonizadas e associadas a práticas “pagãs” ou “demoníacas”, especialmente no discurso religioso cristão. Essa visão preconceituosa ecoa do processo colonial, que desumanizava os povos não brancos e suas práticas espirituais como forma de subjugação cultural e política (Césaire, 2020; Moura, 1992).

Nesse sentido, vale destacar, também, a formação cultural e urbana da cidade do Rio de Janeiro, marcada pelas influências de povos indígenas, africanos e europeus na criação de uma identidade própria, que permeia as dinâmicas religiosas, sociais e culturais da cidade. Desta forma, a espiritualidade e os saberes indígenas, como o uso de ervas e a relação com a natureza, entrelaçam-se às influências coloniais portuguesas e francesas, perceptíveis na arquitetura, nas festas populares e na organização urbana. A presença africana, por sua vez, trouxe elementos centrais à cultura carioca, como o samba, as tradições culinárias e expressões espirituais que se tornaram símbolos indissociáveis do cotidiano da cidade. Essas práticas conectam o sagrado aos espaços públicos e expressam a resistência cultural e espiritual de comunidades historicamente marginalizadas.

No entanto, essa riqueza cultural e espiritual convive com tensões inter-religiosas que refletem as desigualdades históricas. A diversidade religiosa do Rio de Janeiro é marcada por altos índices de preconceito e violência, conforme dados já apresentados.

Esses números indicam como determinadas práticas religiosas são alvos de discriminação e estigmatização, frequentemente associadas a discursos que reforçam preconceitos e exclusões, revelando não apenas uma convivência fragilizada entre diferentes crenças, mas também o impacto de desigualdades que atravessam as relações sociais e religiosas.

Christina Vital da Cunha (2014) aponta que essa dinâmica tornou-se ainda mais crítica nas últimas décadas, com a expansão das igrejas neopentecostais em favelas cariocas e sua articulação com facções criminosas. O fenômeno dos "traficantes evangélicos" estabelece uma nova configuração de poder nesses territórios, onde grupos como o "Bonde de Jesus", ligados ao Terceiro Comando Puro, promovem ataques sistemáticos contra terreiros e espaços sagrados de práticas espirituais distintas. Além da destruição de objetos sagrados e ameaças a lideranças religiosas, esses ataques reforçam uma lógica bélica que associa práticas não alinhadas ao discurso hegemônico ao "mal", justificando perseguições violentas e perpetuando tensões inter-religiosas no cenário urbano do Rio de Janeiro.

Por tudo isso, tem-se no discurso neopentecostal de "guerra espiritual" o entrelaçamento com a violência das facções criminosas. Nas favelas, a demonização das religiões afro-brasileiras não apenas fomenta a violência religiosa, mas também promove a exclusão social e territorial das comunidades de terreiro. Vital da Cunha (2008) ressalta que essa aliança entre o ethos pentecostal e a lógica bélica dos traficantes opera na oposição entre o "Bem" e o "Mal", classificando as práticas afro-diaspóricas como pertencentes ao maligno e justificando as perseguições.

Em Campos dos Goytacazes, maior cidade do Estado do Rio de Janeiro, conforme apontado na dissertação de Silva (2024), essa realidade também se faz presente. Os ataques aos espaços públicos e sagrados, como praias e cachoeiras, seguem uma lógica semelhante, em que os rituais umbandistas são criminalizados sob a justificativa moral-religiosa imposta por grupos neopentecostais. Além disso, a atuação de grupos armados nesses territórios reforça a disputa simbólica e territorial, inviabilizando a prática religiosa das comunidades afro-brasileiras.

Apesar dessas violências, o Rio de Janeiro também se destaca pela resistência e convivência inter-religiosa. Movimentos como a Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa, realizada anualmente em Copacabana, reúnem diversas tradições espirituais em um ato de diálogo e enfrentamento a discriminação e violência religiosa. É por meio desses atos que se constroem outras vias que direcionam para a efetividade de uma

sociedade laica, no qual o encontro entre as diferenças não seja de conflito, mas de respeito e aprendizado.

#### **4 VIOLÊNCIA RELIGIOSA CONTRA COMUNIDADES TRADICIONAIS DE TERREIRO: LIMITAÇÕES DOS CONCEITOS**

Embora todas as crenças e religiões possam estar sujeitas a algum tipo de violência, a intensidade e as formas dessas agressões variam significativamente. Os dados que já apresentamos indicam que as religiões de matriz africana e indígenas estão entre as mais atingidas, sendo alvo não apenas de discriminações simbólicas, mas também de ataques físicos, expulsões e destruição de espaços sagrados. Esse cenário reflete desigualdades históricas que tornam essas tradições particularmente vulneráveis, destacando a necessidade de uma análise conceitual mais focada nessas práticas religiosas. Por isso, a discussão que segue nessa seção prioriza a perspectiva das Comunidades Tradicionais de Terreiro (CTTs), abordando os limites e implicações dos principais conceitos utilizados para descrever as violências que enfrentam.

Cabe dizer, que tais conceitos também podem ser mobilizados por outros grupos religiosos, sendo a intolerância religiosa o mais utilizado. O que ocorre é que diante do processo histórico em que as CTTs estão submetidas impulsionam o debate acerca do conceito mais qualificado para expressar a dinâmica bélica que vivenciam. A violência contra os terreiros é um fenômeno complexo e multifacetado que tem sido descrito por diferentes conceitos: intolerância religiosa, racismo religioso e atentado. Cada um desses termos procura nomear e analisar as agressões sofridas pelas CTTs, mas também apresenta limitações significativas, levantando debates tanto na academia quanto entre os próprios praticantes.

No que se refere ao conceito “Intolerância Religiosa” é um conceito amplamente utilizado para descrever discriminações motivadas pela incapacidade de aceitar práticas religiosas divergentes das dominantes. Esse termo é popular entre os próprios praticantes de religiões de matriz africana e indígena, pois se tornou um meio de denunciar os ataques sofridos. No entanto, ele apresenta limites importantes. Ana Paula Miranda (2021) argumenta que a ideia de tolerância implica uma concessão arbitrária e revogável, mantendo estruturas de poder intactas. Além disso, o conceito pode mascarar o papel do racismo estrutural na perseguição às CTTs, ao sugerir uma igualdade superficial entre as

violências sofridas por diferentes grupos religiosos. Ao focar apenas na diferença religiosa, “intolerância religiosa” ignora os fatores históricos e raciais que agravam a violência contra as comunidades afro-brasileiras e indígenas.

Por sua vez, o conceito de “Racismo Religioso” procura corrigir essa omissão, enfatizando a dimensão racial das agressões contra as CTTs. Ele destaca como as práticas de terreiro são alvos de discriminação por estarem associadas às culturas negras e indígenas. Sidnei Nogueira (2020) aponta que o racismo é o cerne dessas violências, perpetuando a marginalização das tradições afro diaspóricas. Contudo, esse termo também enfrenta críticas. Ivanir dos Santos (2021) observa que, ao associar a discriminação exclusivamente à raça, “racismo religioso” não contempla a diversidade étnica presente nos terreiros, onde há praticantes brancos. Isso gera uma contradição, pois o conceito de racismo, na sua formulação clássica, pressupõe relações de poder em que pessoas brancas não podem ser vítimas de racismo. Essa contradição enfraquece a aplicação universal do termo e pode levar à distorção da compreensão sobre as dinâmicas de discriminação.

Ao que concerne ao conceito de “atentado”, esse foi introduzido pelo Ministério Público Federal para descrever a escalada de violência sistemática contra as CTTs, especialmente no Rio de Janeiro, onde facções criminosas têm fechado terreiros em colaboração com grupos neopentecostais. Esse termo evidencia a organização e intencionalidade política por trás desses ataques, diferenciando-os de agressões isoladas. Contudo, “atentado” possui limitações importantes. Ele é mais aplicável em contextos de violência organizada e planejada, não abrangendo casos de discriminação individual ou esporádica. Além disso, o termo pode não ressoar com os próprios praticantes, pois evoca uma ideia de terrorismo que não necessariamente se alinha às suas experiências de violência cotidiana.

Essas críticas aos conceitos demonstram que nenhum deles é plenamente capaz de capturar, por si só, a complexidade das violências sofridas pelas CTTs. Enquanto “intolerância religiosa” tende a ocultar o racismo estrutural, “racismo religioso” enfrenta desafios em sua aplicação devido à diversidade racial dos praticantes, e “atentado” restringe-se a contextos específicos de violência organizada. A escolha de um termo para descrever essas agressões, portanto, envolve não apenas questões semânticas, mas também políticas e sociais, revelando a necessidade de aprofundar o debate para que os conceitos reflitam com precisão as realidades vividas pelos povos de terreiro.

## 5 METODOLOGIA

Para atingir os objetivos propostos da presente pesquisa, adotamos uma metodologia de natureza qualitativa, que se orienta pelo estudo das percepções, crenças, valores, e práticas dos indivíduos. Essa abordagem possibilita a análise aprofundada dos significados e das relações sociais que não podem ser reduzidos à simples quantificação de variáveis (Minayo, 2001). O estudo foi de caráter exploratório, uma vez que nos baseamos em levantamento bibliográfico e na realização de entrevistas, permitindo uma melhor compreensão do problema investigado (Gil, 1999).

Para a coleta de dados empíricos, realizamos entrevistas semiestruturadas, utilizando um roteiro com 11 perguntas. O objetivo foi captar os discursos, simbolismos e sentimentos que permeiam as vivências dos participantes. As entrevistas foram conduzidas com 8 indivíduos, pertencentes a diversas tradições religiosas. Entre os entrevistados, dialogamos com duas pessoas católicas, duas evangélicas, um muçulmano, uma universalista, um candomblecista e uma umbandista, durante a XVII Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa, ocorrida na praia de Copacabana, Rio de Janeiro, no dia 15 de setembro de 2024.

A análise dos dados foi realizada por meio da Análise de Conteúdo, conforme propõe Mayring (2002). Esse método permite a criação de categorias centrais à problemática da pesquisa, proporcionando uma organização sistemática das respostas obtidas nas entrevistas. A categorização dos dados possibilita destacar os conteúdos mais relevantes, oferecendo uma visão clara e consistente sobre os aspectos principais emergentes do material analisado.

Para esclarecer como entramos em contato com parte dos entrevistados, é importante relatar sobre a nossa participação no evento: O Fórum Municipal de Religiões Afro-Brasileiras (FRAB) de Campos dos Goytacazes-RJ, tradicionalmente organiza a participação de representantes e fieis religiosos no evento, garantindo transporte para pessoas de diferentes tradições religiosas interessadas em participar da caminhada.

Nesse contexto, por meio de parceria estabelecida entre o FRAB e a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), especialmente consolidada ao longo dos anos através do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (NEABI), permitiu a organização do transporte coletivo com a contribuição de um ônibus disponibilizado pela universidade. Em 2024, a solicitação foi viabilizada com o apoio da professora Dra.

Wania Mesquita, que nos auxiliou nos trâmites burocráticos necessários para garantir a participação no evento.

Esse processo merece destaque, pois foi durante o trajeto para o Rio de Janeiro que realizamos as primeiras entrevistas. No ônibus, conversamos com cinco participantes, sendo dois deles vinculados à UENF e conhecidos previamente. Entre as outras três entrevistadas, uma era representante da Subsecretaria de Igualdade Racial e Direitos Humanos, outra acompanhava seu marido no evento, buscando maior engajamento com a temática da liberdade religiosa, e a terceira era uma liderança de um terreiro umbandista da cidade. As demais entrevistas foram realizadas com participantes residentes na capital fluminense, encontradas durante a caminhada.

Após a coleta de dados e a transcrição das entrevistas, utilizamos a Análise de Conteúdo (Mayring, 2002) para categorizar as respostas, identificando os principais aspectos emergentes nos relatos. Essa etapa permitiu conectar as percepções das entrevistadas às teorias discutidas, contribuindo para a compreensão das motivações dos participantes, suas visões sobre a violência religiosa e o significado simbólico da caminhada como ato de resistência e afirmação.

## **6 “CAMINHANDO A GENTE SE ENTENDE”**

As entrevistas realizadas com 08 participantes da Caminhada pela Liberdade Religiosa revelam um panorama multifacetado sobre a convivência inter-religiosa no Brasil. Por meio das narrativas, foi possível identificar temas centrais que atravessam as experiências individuais, com destaque para a identidade religiosa, as experiências de violência religiosa, a motivação para participação no evento, os desafios na superação dos problemas e as perspectivas sobre o impacto da caminhada. Desta forma, organizamos as entrevistas em categorias temáticas que permitem compreender a diversidade de experiências e reflexões dos participantes.

No que tange a identidade religiosa, nossos entrevistados revelam a diversidade religiosa no contexto brasileiro. A exemplo da Ynãe, umbandista e líder espiritual, que enfatiza sua posição como "Mãe de Santo" e destaca a centralidade do combate à intolerância religiosa em sua prática espiritual. No caso da Yara, que se define como universalista, declara sua crença em diversas tradições, como o xamanismo, umbanda, o budismo e o hinduísmo, enfatizando uma visão inclusiva das religiões.

Já Geovana, evangélica, ressalta seu papel em representar uma parcela do protestantismo comprometida com a diversidade e o respeito inter-religioso. Enquanto Antônio e Sara compartilham a experiência de um casamento entre católicos e evangélicos, que simboliza desafios e superação de barreiras religiosas. Também dialogamos com Itálo, candomblecista, que enfatiza a importância da resistência e do apoio a outros que enfrentaram violência religiosa, destacando sua vivência como líder de terreiro. No caso do Abraão, muçulmano, valoriza o diálogo inter-religioso e a divulgação da própria fé como parte do combate à violência religiosa. Por último, Conceição que se declara católica, reafirma a convivência pacífica que busca entre diferentes credos, destacando o papel da compreensão mútua e sua experiência como ministra da Eucaristia e líder de grupos de oração na Diocese de Campos.

Após conhecermos um pouco sobre sua identidade religiosa, caminhamos para investigar como a violência religiosa atravessa suas experiências. As narrativas dos entrevistados apontam para as diversas formas de intolerância religiosa, racismo religioso e atentado vivenciados, que variam de acordo com o credo, a racialização e as práticas religiosas dos participantes.

A exemplo da Ynê, mulher negra e umbandista, que relata discriminação em um grupo de ajuda psicológica, onde sua religião foi rejeitada por um evangélico, no qual invalidou a ajuda que poderia proporcionar devido ao seu credo. Yara também descreve episódios de racismo religioso, em que pais de alunos evangélicos rejeitaram atividades escolares relacionadas à cultura africana e afrobrasileira, alegando que se tratava de "música de macumba", refletindo o estigma associado às religiões de matriz africana.

Outra experiência compartilhada acerca da violência religiosa é observada no relato do Antônio, católico, no qual compartilha a experiência de discriminação ao tentar casar em uma igreja evangélica, sendo acusado de "prostituição" e "adoração de demônios" por não seguir a doutrina protestante. No caso do Itálo, líder candomblecista, a sua experiência está atrelada a uma violência patrimonial, pois houve depredação de seu terreiro, um ato que evidencia a vulnerabilidade das práticas religiosas afro-brasileiras para além de uma violência simbólica ou psicológica.

Já na entrevista com Abraão, houve reflexão sobre a intolerância global contra o islamismo, apontando para a desinformação e preconceito como bases do problema. Na experiência da Geovana, evangélica, relata que vivenciou preconceito em sala de aula, onde um professor limitou sua expressão com base em estereótipos religiosos, mostrando como a intolerância também pode atingir religiões majoritárias em contextos específicos.

A experiência de Sara, também evangélica, demonstra como a intolerância pode ocorrer contra religiões hegemônicas, em seu discurso é apontado a violência da sua própria comunidade religiosa por não concordar com alguns dogmas. Por fim, Conceição, embora católica, relata discriminações por carregar um terço, que foi criticado como um "Deus esquecido" por familiares de outras denominações, revelando as tensões que se manifestam até em relações familiares.

Esses relatos destacam como a violência religiosa atravessa, de diversas maneiras, o cotidiano das nossas entrevistadas. Demonstra que a discriminação atinge a todas de maneiras distintas, sendo praticadas por pessoas de credo diferente dos seus ou por suas próprias comunidades por apresentarem discordâncias acerca da filosofia religiosa. Para elas carregarem uma identidade religiosa é se deparar com preconceitos, discriminações e violências devido ao seu credo.

Quando questionados sobre como nomearam as discriminações e violências sofridas, os entrevistados apresentaram perspectivas variadas. As lideranças de terreiro, Ynê e Itálo, optaram pelo termo "Atentado", sem elaborar justificativas aprofundadas, mas sugerindo que este termo reflete a gravidade dos atos vividos. Percebemos que devido ao caráter físico que as violências contra as CTTs ganham, esse termo consegue evocar essa característica na percepção dos nossos entrevistados.

No caso do Abraão, considerou o termo "Intolerância Religiosa" mais adequado para o contexto europeu, onde enxerga um padrão mais estruturado de discriminação, enquanto no Brasil a classifica como eventos isolados. Já nas experiências de Yara e Sara, preferiram "Intolerância Religiosa" por resumir a dinâmica das violências contra religiões não-hegemônicas.

No que a preferência de Conceição, optou por "Racismo Religioso", destacando que há uma hierarquização entre as religiosidades, frequentemente relacionada à racialização das práticas religiosas. Antônio também propôs a utilização do conceito "Racismo Religioso", mas não que seja necessário abandonar o de "Intolerância Religiosa". Ele pontua que seria interessante serem utilizados de forma complementar, considerando a especificidade das violências praticadas, especificamente a quem foi direcionada. Assim, o conceito "Racismo Religioso", em sua perspectiva, abarca de uma melhor forma as violências praticadas contra as CTTs, e o de "Intolerância Religiosa" daria conta dos outros casos de preconceito e discriminação contra outras religiosidades. Por último, destacamos a preferência de Geovana por "Violência Religiosa", pois acredita

que este termo abrange todas as formas de discriminação, dando conta da complexidade desses atos.

Após conhecermos mais sobre suas experiências individuais, prosseguimos para evocar suas percepções sobre a convivência inter-religiosa no Rio de Janeiro. A relação entre religiões é descrita como tensa e, muitas vezes, conflituosa. Ynãe observa que os cristãos frequentemente rejeitam religiões de matriz africana e indígena por não reconhecerem seus valores. Antônio aponta o fundamentalismo como um dos principais fatores que dificultam a convivência harmoniosa, enquanto Yara relata resistência à inclusão de elementos culturais africanos e indígenas no ensino escolar.

Já Itálo destaca a necessidade de união entre diferentes crenças, afirmando que apenas juntos será possível enfrentar a intolerância. Enquanto Abraão vê o diálogo como essencial, mas lamenta a falta de engajamento inter-religioso no Brasil. No caso da Geovana acredita que a caminhada pode funcionar como um espaço de união, ao passo que Antônio destaca a importância de eventos ecumênicos como uma forma de promover o respeito e a fraternidade. Por fim, Conceição ressalta a importância de vivenciar na prática os valores cristãos de amor e acolhimento, mesmo em ambientes de diversidade religiosa.

Compreendendo esses aspectos apontados por nossos entrevistados, buscamos entender melhor o motivo de suas participações na XVII Caminhada pela Liberdade religiosa. A motivação dos participantes para integrar a caminhada reflete o desejo de transformar as relações inter-religiosas no Brasil. Ynãe destaca a necessidade de combater a intolerância religiosa como "um mal global". Antônio e Sara enfatizam o compromisso com a liberdade religiosa garantida pela Constituição Federal e veem a caminhada como um ato simbólico de validação desse direito. Itálo participa para fortalecer a resistência e apoiar outras vítimas de violência religiosa. Yara e Geovana acreditam na importância de sua presença para fomentar um espaço mais inclusivo e representativo. Conceição, por outro lado, admite que não gostaria de participar da caminhada, mas o fez devido a exigências profissionais. Ela reconhece a relevância do tema da liberdade religiosa, mas critica aspectos estruturais da caminhada, como falta de acessibilidade e condições adequadas, que dificultam a participação, especialmente para pessoas idosas ou com condições de saúde debilitadas.

Diante desses relatos, notamos que a resistência dos participantes em prol da tolerância se manifesta de formas variadas. Yara utiliza a sala de aula como espaço de resistência, ensinando cultura africana e combatendo o racismo religioso, mesmo diante

da oposição de pais e colegas. Enquanto Itálo busca mobilizar a comunidade para a união e fortalecimento das religiões de matriz africana e indígena. No caso de Abraão, promove o diálogo ao abrir espaços para a compreensão do islamismo. Já Ynâe reforça a importância da união entre diferentes crenças para enfrentar o preconceito. E Conceição defende que a resistência deve ser pautada na vivência dos valores cristãos e na abertura ao diálogo, independentemente do credo.

Considerando seus apontamentos, buscamos compreender o motivo que culminaram suas participações no evento. Os entrevistados percebem a caminhada como um espaço de visibilidade e educação sobre a diversidade religiosa. Ynâe descreve o evento como "um grão de areia" que contribui para a construção de um futuro mais inclusivo. Antônio ressalta que a participação de diferentes religiões em unidade envia uma mensagem poderosa contra o fundamentalismo. Yara e Geovana apontam a limitada participação de grupos evangélicos como um desafio, destacando que o evento ainda não representa plenamente a pluralidade religiosa brasileira. Abraão considera que a caminhada pode ser uma ferramenta poderosa, mas requer maior engajamento de todas as religiões. Conceição acredita que, embora a caminhada traga visibilidade ao tema, é preciso expandir sua abrangência para alcançar populações mais distantes e menos conectadas às redes sociais.

Outro aspecto destacado na entrevista que merece destaque é sobre o papel da educação na promoção do respeito entre as diversas religiões e seus adeptos. Um tema complexo, pois, como relata Yara, há grandes dificuldades em abordar temas culturais e religiosos em escolas onde a maioria dos alunos é evangélica. Apesar disso, ela utiliza a legislação brasileira, como a Lei nº 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, para legitimar suas ações. Um aspecto que Itálo também aponta, destacando a necessidade de incluir a história das religiões de matriz africana nos currículos escolares como forma de combater o preconceito desde cedo. Já Sara reforça a importância da conscientização, destacando que a educação tem o potencial de promover a liberdade religiosa e combater preconceitos, mas ressalta que deve haver esforços adicionais para alcançar aqueles fora dos grandes centros urbanos.

As narrativas analisadas evidenciam tanto os desafios quanto as possibilidades de avanço no campo da convivência inter-religiosa no Brasil. As experiências de violência religiosa variam amplamente de acordo com o credo, a racialização e as práticas religiosas dos participantes. Mulheres negras praticantes de religiões de matriz africana, como Ynâe, enfrentam formas interseccionais de discriminação, enquanto católicos como

Antônio sofrem tensões em contextos interdenominacionais. A diversidade de experiências religiosas se reflete nas motivações e ações dos participantes, que veem na caminhada uma oportunidade de promover o respeito e a inclusão. Contudo, a persistência de preconceitos e a limitada participação de certos grupos religiosos indicam que há muito a ser feito. A resistência ativa, a educação e o diálogo inter-religioso emergem como caminhos promissores para a construção de um Brasil mais respeitoso e plural.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa buscou responder como as experiências de violência religiosa variam de acordo com o credo, a racialização e as práticas religiosas dos participantes da XVII Caminhada pela Liberdade Religiosa. Com base nos dados coletados por meio de entrevistas e no contexto histórico e contemporâneo da violência religiosa no Brasil, foi possível identificar nuances que revelam um fenômeno atravessado por desigualdades interseccionais.

As experiências analisadas evidenciam que as práticas religiosas de matriz africana e indígena, como a Umbanda e o Candomblé, estão desproporcionalmente sujeitas à violência física, psicológica e institucional. Essa vulnerabilidade decorre de sua associação à racialização histórica, que marginalizou corpos e práticas não brancas no Brasil colonial e se perpetua no presente. Praticantes dessas religiões relataram discriminação cotidiana, depredação de espaços sagrados e ameaças, frequentemente justificadas por discursos religiosos neopentecostais que demonizam suas tradições.

Em contrapartida, religiões consideradas hegemônicas, como o catolicismo e o protestantismo, apresentam experiências de violência religiosa menos intensas, mas não isentas de tensões. Entrevistados católicos relataram episódios de discriminação interdenominacional, enquanto evangélicos vivenciaram preconceitos por divergirem de dogmas dominantes em suas comunidades. Esses relatos revelam que, embora o protagonismo da violência se concentre em religiões minoritárias e racializadas, as dinâmicas de exclusão também afetam grupos religiosos majoritários em contextos específicos.

Através das entrevistas realizadas, identificou-se que o evento constitui um espaço simbólico de resistência contra a violência religiosa, já que é um momento de fortalecimento do diálogo entre diferentes tradições, em meio a um contexto de crescente

fundamentalismo e intolerância. Observa-se, também, que há um padrão de escalonamento da violência de acordo com o credo. Quanto mais marginalizada e racializada a religião, mais intensa e física parece ser a violência sofrida. No extremo dessa escala, estão as religiões de matriz afro-brasileira e indígenas, cujas práticas religiosas são frequentemente atacadas tanto fisicamente quanto simbolicamente, resultando em expulsão, destruição de terreiros e até mortes. Em um nível intermediário, estão grupos religiosos que sofrem discriminações mais simbólicas, como preconceitos no ambiente de trabalho, ofensas verbais ou deslegitimação social, como visto com os universalistas e católicos.

A discussão sobre as terminologias utilizadas para descrever essas violências também destacou a complexidade do fenômeno. Quanto à nomenclatura da violência sofrida, são expressas por significados que refletem suas vivências. Para as lideranças de terreiro, que enfrentam violências físicas, o termo "atentado" captura a seriedade dos ataques que sofrem. Já aqueles que experimentam formas de violência mais simbólicas ou psicológicas, preferem "intolerância", que evoca a ideia de desrespeito e rejeição sem necessariamente implicar violência física. E quando há uma intersecção entre raça e religião, o termo "racismo religioso" é utilizado para capturar essa dimensão adicional de opressão.

Apesar desse cenário de tensões e desigualdades, a XVII Caminhada pela Liberdade Religiosa emerge como um espaço de resistência, educação e articulação política. Os participantes reconheceram o evento como um ato simbólico de unidade inter-religiosa e de enfrentamento à violência religiosa. Contudo, desafios persistem, como a limitada participação de grupos religiosos hegemônicos e a necessidade de maior acessibilidade e alcance do evento.

A promoção de iniciativas que fomentem a convivência pacífica entre as religiões e valorizem a diversidade cultural do Rio de Janeiro é essencial para mitigar o problema da violência religiosa. A inserção da história do Rio de Janeiro nos currículos escolares de forma detalhada é um caminho relevante, destacando o encontro de diferentes culturas que formaram a identidade do estado e a presença marcante das religiões de matriz africana e indígenas em diversas práticas cotidianas, como na música, culinária e festividades populares. Essa abordagem educativa pode auxiliar na desconstrução de preconceitos e na promoção de uma visão mais inclusiva e respeitosa.

Ademais, é imprescindível que o estado promova eventos inter-religiosos ao longo do ano, ampliando e fomentando a divulgação para atrair um público mais diversos e

garantindo uma infraestrutura adequada para a participação de pessoas de diferentes condições socioeconômicas e físicas. Esses eventos devem celebrar a pluralidade religiosa, oferecendo espaços para o diálogo, atividades culturais e reflexões sobre a importância da liberdade religiosa. Tais iniciativas podem contribuir para o fortalecimento de redes de solidariedade e resistência, promovendo um ambiente de maior tolerância e compreensão mútua.

Portanto, a implementação de medidas que combinem educação, promoção cultural e a organização de eventos inter-religiosos têm o potencial de transformar o contexto das relações religiosas no Rio de Janeiro. Essas ações são essenciais para enfrentar as desigualdades e tensões atuais, construindo um estado mais plural e inclusivo, onde a convivência respeitosa entre diferentes expressões de fé seja uma realidade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Painel de dados da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos**. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Atualizado em 16 dez. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados/2024>. Acesso em: 19 dez. 2024.

DOS SANTOS, Ivanir. **Marchar não é caminhar: interfaces políticas e sociais das religiões de matriz africana no Rio de Janeiro**. Pallas Editora, 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 206p.

IBERÊ, D. IIRSA. **A Serpente do Capital: pilhagem, exploração e destruição cultural na América Latina (Santo Antônio e Jirau)**. Rio Branco: Edufac, 2015. 360 p.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA (ISP). **Painel de visualização de dados**. Rio de Janeiro: Instituto de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <http://www.ispvisualizacao.rj.gov.br/>. Acesso em: 19 dez. 2024.

JORNAL DE BRASÍLIA. **Denúncias por intolerância religiosa aumentam 80% em 2024**. Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/noticias/brasil/denuncias-por-intolerancia-religiosa-aumentam-80-em-2024/>. Acesso em: 4 jun. 2024.

JUSRACIAL. **Processos de racismo crescem 17.000%: a emergência da jurimetria racial**. Disponível em: <https://jusracial.com.br/jurimetria/processos-de-racismo-crescem-17-000-a-emergencia-da-jurimetria-racial/>. Acesso em: 19 dez. 2024.

MAYRING, Philipp. **Introdução à pesquisa social qualitativa: Uma orientação ao pensamento qualitativo**. Ed. 5. Beltz, Weinheim, 2002.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIRANDA, Ana Paula; MUNIZ, Jacqueline; ALMEIDA, Rosiane; CAFEZEIRO, Fausto. **Terreiros sob ataque? A governança criminal em nome de Deus e as disputas do domínio armado no Rio de Janeiro.** Dilemas, Rev. Estudos de Conflito e Controle Social: Rio de Janeiro, Edição Especial, n. 4, p. 619-650, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/dilemas.v15nesp4.46976>. Acesso em: 17 jan. 2024.

SILVA, Paulo Henrique Prado da. **Umbandas: o racismo religioso nos espaços públicos de Campos dos Goytacazes.** 2024. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, Campos dos Goytacazes - RJ, 2024.

VITAL DA CUNHA, Christina. Traficantes evangélicos: novas formas de experimentação do sagrado em favelas cariocas. **Plural - revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia da USP:** São Paulo, v. 15, 2008. Disponível em: <http://www.journals.usp.br/plural/article/view/75226>. Acesso em: 19 set. 2024.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.